

Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.f@gdabr.com.br



Ministro da covid-19

Tem coisas que realmente só acontecem no governo de Jair Bolsonaro. Por exemplo: ministros e outras autoridades descobriram que a melhor maneira de se manter no cargo, apesar de fracassarem por incompetência, é defender as teses mais estapafúrdias e apoiar as atitudes do presidente da República. A fórmula foi adotada logo no começo do governo pelo então ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que já assumira o cargo enrolado por causa de denúncias de crimes eleitorais — porém, logo virou um padrão de comportamento, toda vez que alguém começa a colecionar desgastes no cargo. Nem sempre o expediente garante a posição, mas, ao menos, prolonga a permanência no posto e permite uma retirada em ordem, como no caso de Marcelo Álvaro.

Quem agora se supera com esse estratagemas é o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que está com covid-19 e teve contato com várias autoridades na viagem que fez a Nova York, integrando a delegação brasileira à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Bolsonaro foi a grande atração do evento internacional, depois do presidente norte-americano Joe Biden, não por causa de seu discurso na abertura da assembleia, mas devido ao fato de não ter se vacinado e não poder fazer as refeições nos restaurantes da cidade, conforme as normas sanitárias adotadas pela Prefeitura de Nova York. Além de mostrar os dedos médios das duas mãos para manifestantes, pela janela da van que transportava a comitiva presidencial, Queiroga voltou às manchetes porque testou positivo e terá que ficar 14 dias de quarentena na cidade.

Mas a superação de Queiroga veio por uma patacoada inacreditável para quem ocupa o cargo de ministro da Saúde, nas redes sociais, ao compartilhar um post bolsonarista, no qual uma mulher achincalha a vacina produzida pelo Butantan, a CoronaVac: “Que ironia! Ministro Marcelo Queiroga seguiu todos os protocolos, vacinou com a CoronaVac, usa máscara o tempo inteiro e foi contaminado. O presidente (Jair Bolsonaro) não se vacinou, não usa máscara, estava ao lado dele e não pegou”, ela escreveu no Instagram. O ministro sabe que a vacina não impede que uma pessoa pegue a doença, mas sim o desenvolvimento de quadros graves da enfermidade. Com essa postagem, passou a figurar no pódio dos ministros mais bajuladores do presidente, além de se desmoralizar de vez como responsável por liderar o Sistema Único de Saúde (SUS).

O ministro muito provavelmente será reconvoado pela CPI da Covid, que o ouviu quando estava ainda no começo da gestão e a conta das mortes em decorrência da pandemia estava no colo de seu antecessor, general Eduardo Pazuello. O relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), classifica o trabalho de Queiroga como um “fracasso” e o chama de “Pazuello de jaleco”. Desde a semana passada, um requerimento do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) aguarda aprovação para reconvoar o ministro. A pandemia investiga os casos de corrupção na compra de vacinas e insumos pelo Ministério da Saúde, além da responsabilidade do governo Bolsonaro pelo grande número de óbitos.

Quarentena

Em vez de aproveitar a quarentena em Nova York para mergulhar, Queiroga resolveu ir para o olho do furacão. Entrou no redemoinho e pode não conseguir sair. O número de mortes por covid-19 deve chegar a 600 mil, apesar de estar caindo bastante devido à vacinação. Na semana passada, o ministro da Saúde deixou todas as autoridades sanitárias perplexas ao tentar proibir a vacinação de adolescentes entre 12 e 17 anos sem comorbidades, decisão que não foi acatada pela maioria dos governadores e prefeitos. Com a tuitada de ontem, resolveu entrar na onda de Bolsonaro e desacreditar a vacina do Butantã, que foi a salvação para milhões de brasileiros vacinados com o imunizante de origem chinesa, produzido pela instituição paulista.

Ainda como desdobramento da viagem a Nova York, Bolsonaro suspendeu os compromissos que teria hoje no Paraná, uma solenidade em Ponta Grossa e um encontro com empresários, em Castro. Uma motociata também estava sendo programada para Pirai. O cancelamento foi uma recomendação da Anvisa, em razão do caso Queiroga. Até agora, não há nenhuma outra confirmação de covid-19 na comitiva presidencial, mas todos estão de quarentena, inclusive Bolsonaro, que faz parte do grupo de risco: não tomou vacina, tem 66 anos e várias comorbidades. O presidente da República continua fazendo apologia do tratamento precoce, inclusive defendeu-o na assembleia da ONU, e se recusa a se imunizar.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Discussão na comissão especial é interrompida por conta da apresentação de um novo texto, que os deputados não sabiam o que continha. Previsão é de que a votação seja destravada hoje

Relator traz 5ª versão e suspende a votação

Marcelo Camargo/Agência Brasil - 7/2/18

» VERA BATISTA
» RAPHAEL FELICE

O relator da PEC 32/2020, deputado Arthur Maia (DEM-BA), apresentou ontem uma quinta versão do parecer da reforma administrativa, quando a discussão da proposta seguia acalorada entre os parlamentares favoráveis e contrários ao texto. O deputado havia protocolado, às 16h19, a quarta versão do relatório, mas, às 21h, levou aos deputados mais uma opção. A alteração revoltou os deputados contrários à proposta e causou confusão, pois não havia tempo para avaliar mais um novo texto.

“Vamos votar um texto que não sabemos o que é?”, questionou a deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA). O deputado federal Fernando Monteiro (PP-PE), presidente da comissão especial que discute a PEC, tentou manter a votação para o fim da noite. Mas foi voto vencido e marcou a reunião do colegiado para a manhã de hoje, a partir das 9h.

Segundo o deputado Carlos Veras (PT-PE), as alterações feitas de última hora privilegiavam setores do Judiciário. “Alteraram o texto após as 21h, modificações que beneficiam magistrados e procuradores e promotores do MP. É urgente cancelar a votação na comissão especial!”, publicou em sua conta no Twitter.

Outro deputado que fez duras críticas à proposta foi Bira do Pindaré (PSB-MA). Ele solicitou que a reforma fosse retirada de pauta. Numa das críticas ao texto, chamou-o de “deforma”.

Após descobrirem que o relator havia protocolado uma quin-



Maia apresentou nova versão ao texto quando os debates estavam acalorados. Discussão será retomada hoje

ta versão do relatório, deputados da oposição entoaram gritos de “cancela!”. O texto foi criticado até por aqueles que queriam que a pauta seguisse adiante.

Ressalvas

“Temos ressalvas ao texto. Ainda falta muita coisa, como a inclusão dos membros do Judiciário. Mas temos a oportunidade, aprovando o texto principal, de suprimir alguns itens e incluir outros para aperfeiçoar essa PEC”, afirmou o deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ).

Já o deputado Coronel Tadeu (PSL-SP) entendeu que o texto teve “avanços”, mas afirmou que

o PSL sugeriria melhorias.

A tramitação da proposta de reforma administrativa foi repleta de tumultos. O presidente da comissão especial, Fernando Monteiro, convocou uma reunião para depois das 18h, mas houve pressão dos servidores para que o debate não fosse feito de forma corrida, como desejava. Se a ideia de avançar com a pauta já não agradava a uma parte dos deputados, ficou inviável após a alteração de última hora promovida pelo relator Arthur Maia.

Um dos poucos pontos de consenso do texto foi a retirada do Artigo 37-A, muito criticado por todos, que permitia a parceria irrestrita entre os setores público e

privado. “Seria a privatização completa. Agora, o relator alega que precisa organizar os critérios. Foi um avanço, sem dúvida, mas, por outro lado, ele piorou outros itens, como a previsão de redução de 25% de jornada e salário”, afirmou Vladimir Nepomuceno, diretor da Insight Assessoria Parlamentar. No caso da redução, segundo ele, “o assunto estava solto” e, agora, está vinculado ao Artigo 169 da Constituição.

“Significa que contraria tudo que foi discutido no Senado e retoma as intenções da PEC 188, que está parada no Congresso. Ou seja, permite que qualquer gestor decida sobre a medida, em caso de necessidade fiscal”, afirmou.

Precatórios: comissão é, enfim, instalada

» JORGE VASCONCELLOS

A Câmara dos Deputados instalou, ontem, a comissão especial encarregada de analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), escolheu como relator o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), que já se posicionou contrariamente a qualquer discussão que não leve em conta o cumprimento do teto de gastos — dispositivo constitucional segundo o qual despesas e investimentos da União ficam limitados aos valores do ano anterior, corrigidos pela inflação.

“Qualquer discussão que venha a não respeitar o teto de gastos eu entendo que é ruim para o nosso país, já que essa lei trouxe para o Brasil uma grande segurança acerca dos gastos públicos”, disse Motta.

A PEC, encaminhada ao Congresso pelo governo, previa, originalmente, o parcelamento dos precatórios, cujo valor a ser pago em 2022 é de R\$ 89 bilhões — o equivalente a 65% acima dos R\$ 54,7 bilhões deste ano. Uma solução para essas dívidas é vital para o alcance da meta do Executivo de turbinar programas sociais como o Bolsa Família, ainda mais no momento em que o presidente Jair Bolsonaro enfrenta baixos índices de popularidade.

Outras propostas sobre o tema também foram apresentadas. O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), protocolou uma PEC propondo a retirada dos precatórios do cálculo do teto de gastos. Embora tenha ficado contra essa ideia, Motta evitou antecipar se pretende rejeitar o texto de Ramos.

Na terça-feira, Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o ministro



é o valor dos precatórios a serem pagos no ano que vem, 65% a mais do que o previsto para 2021

da Economia, Paulo Guedes, anunciaram ter desistido da ideia do parcelamento dos precatórios. A proposta, agora, é que, em 2022, sejam pagos R\$ 39,8 bilhões do total de R\$ 89 bilhões. O restante (cerca de R\$ 50 bilhões) passaria para 2023, fi-

cando em aberto para negociação entre a União e os credores, ou por meio de compensações com ativos da União.

Essa nova proposta limitaria o pagamento dos precatórios ao teto dos gastos. Os valores seriam corrigidos pela inflação desde 2016, ano da promulgação da PEC que prevê esse limite de despesas da União. A ideia é que o pagamento seja feito com deságio de 40% para os credores que quiserem receber o valor à vista e de 15%, dentro de 10 anos.

O relator afirmou que pretende conversar com Paulo Guedes para saber qual será a nova versão da proposta do governo. O parlamentar também propôs que o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), representantes dos estados, dos municípios, credores das dívidas da União, além de outros atores, sejam convidados para contribuir com a discussão do tema.

CRAZY SALE

EDIÇÃO ROLETA PREMIADA

24 a 26 DE SETEMBRO

até 80 % OFF

R\$250 = 01 GIRO
EM COMPRAS NA ROLETA

CONCORRA A PRÊMIOS EXCLUSIVOS

Baixe o aplicativo **Gen Shop** e participe.

BOSS TOMMY HILFIGER SCHUTZ

FILA asics adidas

RODOVIA BR060, KM 21

OUTLET PREMIUM BRASILIA

CHIC É PAGAR POUCO.

Imagem meramente ilustrativa. Promoção autorizada pelo Ministério da Economia. Consulte regulamento no site www.outletpremium.com.br